

PROJETO DE LEI N.º _____, DE 2016

(Do Sr. Hildo Rocha)

Acrescenta o inciso V e o § 7º ao art. 28 da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995), para determinar o cancelamento do registro civil e do estatuto dos partidos políticos que não cumprirem as exigências mínimas de constituição de diretórios permanentes em Estados e Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece nova hipótese de cancelamento do registro civil e do estatuto do partido político que não cumprir exigências mínimas de constituição de diretórios permanentes nos Estados e nos Municípios brasileiros, observadas as regras de transição.

Art. 2º O art. 28 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar acrescido do inciso V e do § 7º, com a seguinte redação:

“Art. 28.

.....

V – não ter constituído diretórios permanentes em pelo menos oitenta por cento dos Estados e em quarenta por cento dos Municípios brasileiros.

.....

§ 7º Os percentuais definidos no inciso V somente terão aplicabilidade a partir de 2027, vigendo, de imediato, as seguintes regras de transição:

I – Até 2022, os partidos devem constituir diretórios permanentes em 40% dos Estados e em 20% dos municípios brasileiros;

II – De 2023 a 2026, os partidos devem constituir diretórios permanentes em 60% dos Estados e em 30% dos municípios brasileiros.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Consta da Constituição Federal de 1988 o princípio da livre criação, fusão e incorporação de partidos políticos (CF/88, art. 17). A mesma Carta, em contrapartida a esse regime de ampla liberdade, determinou a observância de vários preceitos pelos partidos, entre eles o de “**caráter nacional**”.

Foi com base nesse preceito que o legislador ordinário exigiu como requisito para a criação de partidos o apoio mínimo de 0,5% dos votos válidos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos um terço dos Estados (Lei nº 9.096/1995; art. 7º, § 1º).

Por óbvio não se desconhece que o princípio constitucional do pluralismo político, em que se funda o pluripartidarismo, impede que o legislador ordinário imponha embaraços desarrazoados à liberdade partidária.

A medida ora proposta, por óbvio, não se mostra desarrazoada. Ao contrário, além de prestigiar o preceito do caráter nacional dos partidos, fortalece, indiretamente, o exercício da democracia interna nas agremiações partidárias.

Mostra-se conveniente, nesse momento, informar a toda a sociedade brasileira acerca do odioso mecanismo das “comissões provisórias”, consistente na estratégia de manutenção, sob *status* provisório, dos órgãos partidários regionais. A ideia é justamente favorecer a oligarquia partidária.

Vejamos o que informa Augusto Aras em sua seminal obra “Fidelidade Partidária”:¹

A ditadura intrapartidária se revelou plenamente nas eleições municipais de 2008, o primeiro certame realizado após o reconhecimento da validade do princípio da Fidelidade Partidária, e, nas seguintes, com maior grau de dissimulação.

Foram muitos os diretórios municipais que sofreram sumária dissolução com a destituição dos seus dirigentes legitimamente eleitos pelos filiados locais, somente porque decidiram lançar candidaturas próprias aos cargos majoritários (prefeitos), resistindo à celebração de espúrias coligações impostas pelas instâncias partidárias superiores.

É bem verdade que a Constituição Federal também consagrou o princípio da autonomia partidária, vedando a intervenção estatal, por meio da legislação ordinária, na definição da estrutura e organização interna dos partidos (CF/88; art. 17, § 1º).

Mas também é verdade que os partidos políticos não estão imunes à observância interna do princípio democrático, verdadeiro princípio estruturante de nossa Constituição. É também o que entende a doutrina brasileira, que vem exortando o legislador a enfrentar essa temática. Vejamos a lição do eminente constitucionalista Elival da Silva Ramos:

*Lamenta-se, apenas, que o estatuto infraconstitucional dos partidos não tenha se dedicado, como deveria, ao tema da democracia partidária, assegurando às correntes minoritárias internas condições efetivas de se rivalizarem com as correntes majoritárias.*²

Em síntese, a medida ora proposta aperfeiçoa a regulamentação do preceito constitucional do “**caráter nacional**” dos partidos,

¹ ARAS, Augusto. Fidelidade Partidária. Efetividade e Aplicabilidade. Rio de Janeiro: Ed. GZ, 2016. p. 413.

² RAMOS, Elival da Silva. O Delineamento do Estatuto dos Partidos Políticos na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/41526/40876>

bem como prestigia a democracia intrapartidária, justamente por inibir a manutenção das famigeradas “comissões provisórias”.

Adicionalmente, convém destacar o zelo da proposição ao fixar regras de transição, a fim de que as agremiações possam, sem sobressaltos, se adaptar ao novo regime. Assim, somente após 2027 é que os partidos deverão atender plenamente as exigências de constituição de órgãos permanentes em 80% dos Estados e em 40% dos Municípios brasileiros.

Peço, pois, o apoio de meus Pares para a aprovação da presente proposição, que certamente aperfeiçoará nossas instituições democráticas.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 2016.

Deputado HILDO ROCHA